



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1614025 - PB (2016/0185451-9)

**RELATOR** : MINISTRO MOURA RIBEIRO  
**RECORRENTE** : CAIXA SEGURADORA S/A  
**ADVOGADOS** : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357  
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS E OUTRO(S) -  
PE028240  
**RECORRIDO** : HELENA RODRIGUES DA SILVA  
**RECORRIDO** : JOSE CARLOS TARGINO FILHO  
**RECORRIDO** : ERIKA ALINE DE LIMA QUEIROZ  
**ADVOGADO** : JOSE TERTULIANO DA SILVA GUEDES JUNIOR E OUTRO(S) -  
PB017279  
**INTERES.** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**INTERES.** : JOAO BATISTA MONTEIRO

### DECISÃO

HELENA RODRIGUES DA SILVA e outros (HELENA e outros) ajuizaram ação de indenização por vícios construtivos contra CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), CAIXA SEGURADOS S.A. (SEGURADORA) E JOÃO BATISTA MONTEIRO (JOÃO) pleiteando a reparação dos danos físicos causados aos seus imóveis e os danos morais sofridos.

Em primeiro grau, a inicial foi indeferida e o processo extinto, sem resolução do mérito, em virtude da ilegitimidade da CEF (e-STJ, fls. 356/358).

Os embargos de declaração opostos pela SEGURADORA foram rejeitados (e-STJ, fl. 371).

HELENA e outros apelaram e a SEGURADORA interpôs recurso adesivo e o TRF da 5 região deu provimento aos recursos em acórdão, assim ementado:

*PROCESSUAL CIVIL. IMÓVEL FINANCIADO PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA DA CEF E DA CAIXA SEGURADORA. APELAÇÃO PROVIDA. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*1. Trata-se de apelação interposta contra sentença do douto Juiz Federal da 6ª Varada SJ/PB que reconheceu a incompetência da Justiça Federal para julgar o feito e extinguiu o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, I, c/c art. 295, inciso V, ambos do Código de Processo Civil.*

*2. No caso em exame, o contrato celebrado entre os autores e a CEF prevê a responsabilidade securitária do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab pelo imóvel em questão. Assim, sendo a CEF a administradora do respectivo Fundo, deve ser reconhecida a sua legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.*

*3. Precedentes: AC 08006350820124058000, Desembargadora Federal Margarida Cantarelli, TRF5 - Segunda Turma; AG 00076019020144050000, Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data: 23/10/2014 -*

*Página:157; AC00011210920114058308, Desembargador Federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data:14/07/2014 - Página:106; AG 00031809120134050000, Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data:23/05/2013 - Página: 214; AC00005795720124058501, Desembargador Federal Francisco Wildo, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data:04/04/2013 - Página: 329.*  
4. *Apelação provida e recurso adesivo parcialmente provido, para declarar a legitimidade da CEF para figurar no polo passivo da presente demanda (e-STJ, fl. 449).*

Os embargos de declaração pela CEF foram rejeitados e os opostos pela SEGURADORA foram acolhidos, com efeitos infringentes (e-STJ, fls. 502/508 e 568/572).

Irresignada, a CEF interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, a e c, da CF, sustentando a violação dos arts. **(1)** 535, do CPC/73 acerca das omissões quanto à responsabilidade advindas do art. 618 do CC/02, 20 e 21, da Lei 1.997/09 e o estatuto do FGAB; alegou que apenas atuou como agente financeiro e que não pode ser responsabilizada pelos vícios de construção; **(2)** 618, do CC/02 e da responsabilidade do empreiteiro pela construção e não o agente financiador; **(3)** 20 e 21, da Lei 11.997/09 quanto à responsabilidade exclusiva da construtora pelos vícios da obra; e **(4)** alegou a existência de dissídio jurisprudencial sobre o tema (e-STJ, fls. 528/548).

A SEGURADORA, também interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, a, da CF sustentando a violação dos arts. **(1)** 28, da Lei 11.977/2009, 758, 759 e 760, todos do CC/02 visto que não existe seguro para imóveis do programa Minha Casa Minha Vida e que nesses casos incide o FGAB; **(2)** a sua ilegitimidade para responder à ação e a legitimidade da CEF para responder pelos danos causados aos imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV); e **(3)** apresentou dissídio jurisprudencial sobre o tema (e-STJ, fls. 590/619).

O recurso da SEGURADORA foi admitido (e-STJ, fl. 634).

É o relatório.

DECIDO.

Não consta dos autos a decisão de admissibilidade do recurso especial interposto pela CEF às e-STJ, fls. 528/548 e reiterado às e-STJ, fls. 581/582.

Nessas condições, **DETERMINO** o retorno dos autos para a realização de admissibilidade do apelo nobre interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator